



**OB RESTAURATIONEM REGNI: PAULO DIACONO E A MONARQUIA  
LOMBARDA**

Eduardo Fabbro<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto aqui apresentado focou duas curtas passagens da *Historia Langobardorum* de Paulo Diácono. Apesar da brevidade dos excertos, ambas fornecem argumentos para a criação da monarquia lombarda e sobre sua estrutura na Península Itálica. Ao analisar o texto com acuidade e cotejando com outras fontes do período, percebi que Paulo Diácono utilizou suas referências textuais para melhor atender seus argumentos, tal como demonstrar as dificuldades interacionais entre reis e duques lombardos na Itália da segunda metade do século VIII.

**Palavras-chave:** Paulo Diácono, *Historia Langobardorum*, Monarquia, Ducados, Alta Idade Média

**Abstract:** The present article focuses on two brief excerpts from Paul, the Deacon's *Historia Langobardorum*. Despite their brevity, both of the excerpts provide us with arguments for the creation of a Lombard monarchy and their structure in the Italian Peninsula. After careful analysis of the text and comparison with other sources from the same period, I have discovered that Paul, the Deacon, has made use of his readings in order to better formulate his own arguments, such as showing the interactional difficulties between Lombard kings and dukes in Italy during the second half of the VIII century.

**Keywords:** Paul the Deacon, *Historia Langobardorum*, Monarchy, Duchies, Early Middle Ages

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela University of Toronto.

O presente artigo lida com uma única frase de Paulo Diácono. Em minha defesa, tal frase faz parte de duas das mais comentadas passagens da *Historia Langobardorum* (HL), uma fonte inevitável para a história da Itália lombarda: HL 2.32 e 3.16. Combinadas, essas duas passagens embasam argumentos sobre a criação da monarquia lombarda e a estrutura do governo lombardo na Itália. Essas passagens foram lidas e relidas de várias formas, mas, foram sempre usadas para explicar as mudanças na organização dos lombardos no século VI.<sup>2</sup> Esse artigo oferece uma nova fonte para essas passagens, e sugere uma nova leitura, baseada na percepção que Paulo tinha da monarquia.

A linha a que me refiro é de HL 3.16 - o contexto é o reestabelecimento da monarquia lombarda. Após a morte de Cleph (574), os lombardos decidiram permanecer sem reis, e tal fizeram por dez anos. Depois disso, eles elegeram Autari rei. Isto é o que aconteceu depois, de acordo com Paulo Diácono:

Nesses dias [i.e. do reestabelecimento da monarquia], para a restauração do reino, os duques doaram toda uma metade de suas propriedades para uso real, para que pudesse haver um rei, e de onde o rei e aqueles associados a ele em diversas funções pudessem ser sustentados<sup>3</sup>.

A ideia que os duques lombardos, extremamente independentes, teriam de repente resolvido abrir mão de metade de suas propriedades a fim de recriar o reino é bastante improvável. Não somente porque não existem precedentes na alta Idade Média ocidental, mas também porque sabemos que Autari (584–90), e especialmente Agilulf (590–616) depois dele, tiveram que lutar praticamente contra todos os duques pelo controle do reino. Mesmo depois do reinado muito bem sucedido de Agilulf, a autoridade real era ausente no sul, e era ainda precária no Friuli. Paolo Delogo sugeriu anteriormente que a doação era um exagero por parte de Paulo; eu sugiro que ela jamais aconteceu (DELOGU, 2009: 253-254).

<sup>2</sup> Para o debate recente sobre as duas passagens (DELOGU, 2004: 93–105; DURLIAT, 1988; EVERETT, 2003: 72–79; GOFFART, 1980: 176–205; POHL, 1997; POHL, 2001; POHL, 2013; WICKHAM, 1981: 31–34). Para o debate mais antigo, ver PONTIERI, 1960.

<sup>3</sup> HL 3.16: At vero Langobardi cum per annos decem sub potestate ducum fuissent, tandem communi consilio Authari, Clephonis filium supra memorati principis, *regem sibi statuunt*. Huius in diebus ob restaurationem regni duces qui tunc erant omnem substantiarum suarum medietatem regalibus usibus tribuunt, ut esse possit, unde rex ipse sive qui ei adhaerent eiusque obsequiis per diversa officia dediti alerentur. Populi tamen adgravati per Langobardos hospites partiuntur.

Proporei que entenderíamos melhor a doação de propriedade ducal aos reis, assim como a maior parte daquilo que Paulo sugere em *Historia Langobardorum* 2.32 e 3.16, não como uma descrição de eventos do final do século VI, mas como parte do argumento de Paulo em defesa da monarquia. Para tal, pretendo recolocar a passagem entre outras referências de Paulo sobre monarquia, assim como contrastar suas ideias com as fontes que usou.

Antes de tudo, no entanto, devo abordar a questão das fontes para as duas passagens. Paulo, evidentemente, não se lembrava de tais eventos, que aconteceram mais de um século antes de seu nascimento, nem é provável que tal relato tenha sido preservado por alguma tradição oral, que teria permanecido imaculada por tanto tempo (GOFFART, 1988). Sabe-se que parte do material que Paulo usou em 2.32 vem de Gregório de Tours (ao que voltarei mais adiante), mas nenhuma outra fonte para o restante das passagens sobreviveu. Sugeriu-se que Paulo se valeu da obra perdida de Secundo de Trento, autor a quem Paulo faz referência em outras partes da *HL*.<sup>4</sup> É sim possível. Mas Secundo nos traz mais questões do que respostas: que tipo de trabalho ele teria produzido? Quais foram suas fontes? E, especialmente, quais eram suas opiniões? Mesmo que pudéssemos responder essas questões com algum grau de segurança, restaria um problema: de que forma Paulo adaptou seu trabalho? Sabemos que Paulo habitualmente editava as fontes que usava, logo é possível que o que quer que tenha restado de Secundo na *HL* de Paulo tenha sido fortemente modificado. Em suma, Secundo—ou qualquer outra fonte desconhecida escondida por trás da *HL*—está além do alcance de uma crítica textual apropriada (WICKHAM, 1981: 66; WICKHAM, 2005: 116).

Mas voltemos a tal frase da *HL*: vimos que em 3.16, Paulo menciona que os lombardos fizeram Autari rei, e que os duques deram a ele metade de suas propriedades. Isto é o que Paulo nos conta depois:

E houve algo de admirável no reino dos Lombardos: não havia violência, emboscadas, ninguém onerava outrem injustamente,

---

<sup>4</sup> Paulo menciona o trabalho de Secundo em duas passagens: *HL* 3.29, 4.27 e 4.40. Para o debate sobre as fontes do *HL* e especialmente para o uso de Secundo, ver (GARDINER, 1983; GOFFART, 1988; POHL, 1994). As obras básicas, no entanto, são HOLDER-EGGER, 1876; JACOBI, 1877; MOMMSEN, 1880.

ninguém pilhava, não havia latrocínio ou roubo, cada um poderia ir sem medo aonde quer que quisesse.<sup>5</sup>

Segundo Paulo, a monarquia produziu um milagre. A passagem, obviamente, dialoga com uma passagem anterior, que reporta o fim da monarquia, em 2.32:

Após a morte [de Cleph], os lombardos ficaram sob o comando de duques, sem ter reis por dez anos (...) nesses dias, vários nobres romanos foram mortos por cobiça. O restante foi dividido entre seus ‘hóspedes’ e foi feito tributário, em que eles teriam que entregar um terço de sua safra para os lombardos. Por esses duques lombardos, no sétimo ano desde a vinda de Alboíno e todo seu povo, as igrejas foram saqueadas, padres mortos, cidades arruinadas, e o povo, que crescera como trigo, foi exterminado, por todos os cantos, menos nas regiões que Alboíno havia capturado (...).<sup>6</sup>

Observando as duas passagens juntas, podemos ver como Paulo criou um contraste claro entre o governo dos duques e o governo dos reis. A monarquia seria a melhor forma de organização, e abandoná-la levou a destruição e desastre. Ao restaurar a monarquia, paz e justiça foram restauradas na Itália.

Para contextualizar o argumento de Paulo em defesa da monarquia, devemos também considerar uma outra passagem, no livro 1.14, onde ele descreve a criação da monarquia lombarda em primeiro lugar. Nessa passagem, diz Paulo, depois de morte de Ibor e de Aio—duques que haviam guiado os lombardos para fora da Escandinávia—os lombardos não mais queriam ser comandados por duques, mas criaram um rei ‘a maneira de outros povos’.<sup>7</sup> Aqui Paulo propõe duas ideias: primeiro, enfatiza que a monarquia era a forma de governo da maioria dos povos, e que os lombardos estavam apenas se atualizando. Mas Paulo também faz referência ao debate bíblico sobre a monarquia. Em 1 Samuel 8, os judeus pedem a Samuel se eles poderiam receber um rei ‘na maneira de outros povos’. A resposta de Samuel é que um rei se tornaria um tirano,

<sup>5</sup> HL 3.16: *Erat sane hoc mirabile in regno Langobardorum: nulla erat violentia, nullae struebantur insidiae; nemo aliquem iniuste angarianat, nemo spoliabat; non erant furta, non latrocinia; unusquisque quo libebat securus sine timore pergebat.*

<sup>6</sup> HL 2.32: *Post cuius [Clephonis] mortem Langobardi per annos decem regem non habentes, sub ducibus fuerunt. (...) His diebus multi nobilium Romanorum ob cupiditatem interfecti sunt. Reliqui vero per hospites divisi, ut terciam partem suarum frugum Langobardis persolverent, tributarii efficiuntur. Per hos Langobardorum duces, septimo anno ab adventu Alboin et totius gentis spoliatis ecclessis, sacerdotibus interfectis, civitatibus subrutis populisque, qui more segetum excreverant, extinctis, exceptis his regionibus quas Alboin ceperat (...)*

<sup>7</sup> HL 1.14. (...) *regem sibi ad ceterarum instar gentium statuerunt.*

conduziria seus filhos para a guerra, faria deles tributários e, finalmente, transformaria-os em escravos (1 Sam 8.11–17). Vimos a resposta de Paulo em 2.32, onde ele nos mostra que todos os riscos da monarquia já havia acontecido sob o governo dos duques—havia guerra, taxaço e o povo havia sido escravizado—nesse caso, os lombardos não perderiam nada em apostar novamente nos reis.

Paulo usa 2.32 também como uma resposta para sua fonte principal nessa sessão, Gregório de Tours. A invasão de Alboíno é uma das poucas menções dos lombardos nas *Historiae* do bispo de Tours e, como de costume, Gregório usa a passagem para ilustrar um ponto moral. Para ele, os crimes de Alboíno na Itália, especialmente aqueles contra a Igreja, levaram a seu assassinato nas mãos de sua mulher. Comparemos as passagens:

<i>HL 2.32</i>	<i>LH 4.41</i>
Após a morte [de Cleph], (...) Por esses duques lombardos, no sétimo ano desde a vinda de Alboíno e todo seu povo, as igrejas foram saqueadas, padres mortos, cidades arruinadas, e o povo, que crescerá como trigo, foi exterminado, por todos os cantos, menos nas regiões que Alboíno havia capturado (...). <sup>8</sup>	De fato, Alboíno, rei dos lombardos (...) atacou a Itália. Pois, movendo o exército, eles abandonaram [sua terra natal] com mulheres e dependentes, planejando se mudar para Itália. Após entrar nessa região, eles vagaram por sete anos. As igrejas foram saqueadas, padres mortos, e eles submeteram-na em seu poder. <sup>9</sup>

**Tabela 1:** Comparação entre diferentes excertos da *Historia Langobardorum*

Dependendo, claramente, do texto de Gregório, Paulo ajustou a narrativa, e eximiu Alboíno de culpa no massacre. Para tal, ele mudou os ‘sete anos’ da invasão para o ‘sétimo ano’, e atribuiu os crimes aos duques, e não ao rei. Mais do que isso, ele afirma que as regiões anteriormente conquistadas por Alboíno permaneceram livres da violência dos duques.

Resumindo até esse ponto: Paulo está construindo um argumento em defesa da monarquia, especialmente da monarquia lombarda. Ele o faz contrastando o governo dos duques—quando igrejas foram saqueadas, padres mortos, e a população

<sup>8</sup> HL 2.32: Post cuius [Clephonis] mortem Langobardi per annos decem regem non habentes, sub ducibus fuerunt. (...) His diebus multi nobilium Romanorum ob cupiditatem interfecti sunt. Reliqui vero per hospites divisi, ut terciam partem suarum frugum Langobardis persolverent, tributarii efficiuntur. Per hos Langobardorum duces, septimo anno ab adventu Alboin et totius gentis spoliatis ecclesiis, sacerdotibus interfectis, civitatibus subrutis populisque, qui more segetum excreverant, extinctis, exceptis his regionibus quas Alboin ceperat (...)

<sup>9</sup> Greg. Tur. LH 4.41. Alboenus vero Langobardorum rex, qui Chlothosindam, regis Chlothari filiam habebat, relecta regione sua, Italiam cum omni illa Langobardorum gente petiit. Nam, commoto exercitu, cum uxoribus et liberis abierunt, illuc commanere deliberantes. Quam regionem ingressi, maxime per annos septem pervagantes, spoliatis ecclesiis, sacerdotibus interfectis, in suam redigunt potestatem

exterminada—com o governo dos reis—quando houve paz e prosperidade. Ao mesmo tempo, ele também responde ao argumento bíblico contra a monarquia, comparando a ideia de reis em Samuel com os primeiros duques lombardos, e mostrando que os problemas associados aos reis podem também surgir sob o comando de duques.

A história de Paulo de uma monarquia dourada, que teria trazido paz e prosperidade, tinha, no entanto, um grande problema. Era sabido que a monarquia fora eliminada por uma década, pouco depois de Alboíno—e Paulo não fez qualquer esforço para escondê-lo. Ainda assim, todos poderiam ver que os reis tinham propriedades por todos os cantos de reino, não somente às voltas de Pavia, mas também dentro de cada ducado. Sabemos dessa extensiva propriedade real pela importância da *curtis* real na legislação lombarda, e pelas várias propriedades reais e doações de reis registrados em diplomas. Essa propriedade foi provavelmente acumulada lentamente, quando o rei derrotava duques rebeldes e confiscava suas propriedades para o fisco real. A legislação também sugere, a partir de Liutprando, que funcionários reais eram frequentemente ameaçados pelos poderes locais, o que indica que a extensa propriedade real não era bem recebida localmente.<sup>10</sup> Seria claro para todos que essa vasta propriedade real só poderia ter sido acumulada após a restauração da monarquia com Autari, uma vez que a monarquia desaparecera após a conquista.

É aqui que entra a doação de propriedade. Proponho que, quando Paulo narra que os duques abriram mão de metade de sua propriedade para os reis, ele está tentando responder a uma questão contemporânea—qual a origem da propriedade real?—de uma forma que evitasse ressaltar o antagonismo entre duques e reis. A visão de Paulo de uma monarquia dourada convenceria certamente um público bem menor caso ele tivesse incluído que os duques contrários ao rei foram duramente massacrados e que a propriedade real por todos os cantos era um testemunho da derrota desses duques. Em vez disso, ele criou uma nova origem para a monarquia, baseada no consenso mútuo, e em uma espécie de contrato social, no qual os duques abririam mão de suas propriedades para financiar o rei. Nessa versão, o rei estaria no débito e a serviço dos duques, escolhido para melhor guiar o reino. Paulo atenuou o antagonismo entre autoridades centrais e periféricas, transformando a relação em pacto mútuo pela defesa do reino.

<sup>10</sup> Por exemplo, *LLLiut.* 35.6, *LLRat.* 1.1; 14; para o contexto de dependência do poder real, ver (Wickham, 1998, 2009).

Considerando a posição de Paulo sobre a monarquia, podemos entender seu argumento da seguinte forma: os lombardos optaram pela monarquia após Aio e Ibor e a monarquia os guiou com sucesso até a Itália. Depois da morte de Cleph, os lombardos abriram mão dos reis e as consequências foram terríveis: mortes, destruição, e o aprisionamento de povos—o tipo de desgraça imputada aos reis em parte do discurso bíblico. Nesse momento, os duques lombardos se uniram e doaram metade de suas propriedades para reconstruir a monarquia. A partir desse contrato social uma nova era de paz e prosperidade se iniciou na Itália.

### Conclusões

Podemos tirar duas conclusões baseadas nessa nova leitura das duas passagens. A primeira se refere a relação entre *HL* 2.32 e 3.16 e o século VI. Não é possível traçar que fontes Paulo usou nessas passagens—além de Gregório de Tours—mas é evidente que Paulo estava menos preocupado em reportar fielmente suas fontes do que em reestruturá-las para melhor atender a seu argumento. Seu uso de Gregório de Tours torna isso especialmente claro. Nesse sentido, mesmo que 2.32 e 3.16 possam preservar algum material que realmente sobreviveu de uma fonte do século VI, o que quer que tenha sobrevivido o filtro de Paulo não é suficiente para uma crítica textual apropriada. Em outras palavras, 2.32 e 3.16 nos informam muito pouco sobre o século VI.

A segunda conclusão toca o século VIII: em 2.32 e 3.16, Paulo transmite informações interessantes sobre percepções contemporâneas do impacto da monarquia na sociedade. Ele nos fornece provas da escala da propriedade real, suplementando outras fontes que também apontam nessa direção. Ele sugere também que a relação entre duques e reis, mesmo na segunda metade do século VIII, não era simples. Como é de praxe para muito do material anterior ao reinado de Liutprando na *HL*, a historiografia tem ignorado relevantes informações sociais sobre o século VIII em uma tentativa de favorecer informações políticas muito menos confiáveis sobre o século VI ou VII.

Paulo Diácono produziu seu *HL* em um contexto que não é de todo dissimilar do nosso: a partir de fragmentos de fontes, e repleto de questões contemporâneas. As duas passagens que apresentei aqui seriam melhor compreendidas como tentativas de dar sentido ao presente, fazendo uso dos traços disponíveis do passado. A imagem de Paulo

do século VI é uma visão do século VIII do passado, e fornece respostas para questões do século VIII, nesse caso, sobre a monarquia. Para nossa imagem do século VI produzida no século XXI, devemos buscar informações em outros cantos.

**Bibliografia:**

DELOGU, P. Longobardi e Romani: altre congetture. *In*: GASPARRI, S. (Ed.). **Il regno dei Longobardi in Italia : archeologia, società, istituzioni**. Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 2004.

DELOGU, P. Kingship and the Shaping of the Lombard Politic Body. *In* AUSENDA, G.; DELOGU, P.; WICKHAM, C. (Eds.). **The Langobards before the Frankish Conquest: an Ethnographic Perspective**. Woodbridge: Boydell Press, 2009, pp.251-288.

DURLIAT, J. Le salaire de la paix sociale dans les royaumes barbares (Ve-Vie siècles). *In*: WOLFRAM, H.; SCHWARCZ, A. (Eds.). **Anerkennung und Integration**. Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1988, pp.21-72.

EVERETT, N. **Literacy in Lombard Italy, c. 568-774**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GARDINER, K. Paul the Deacon and Secundus of Trent. *In*: CROKE, B.; EMMETT, A. M. (Eds.). **History and historians in late antiquity**. Sydney: Pergamon Press, 1983, pp.147-153.

GOFFART, W. **Barbarians and Romans, A. D. 418-584: The Techniques of Accommodation**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

GOFFART, W. **The Narrators of Barbarian History (A.D. 550-800): Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

HOLDER-EGGER, O. Untersuchungen über einige annalistische Quellen zur Geschichte des fünften und sechsten Jahrhunderts, **Neues Archiv**, 1, pp.215–369, 1876.

JACOBI, R. F. **Die Quellen der Langobardengeschichte des Paulus Diaconus, ein Beitrag zur Geschichte deutscher Historiographie**. Halle a/S: M. Niemeyer, 1877.

MOMMSEN, T. Die Quellen der Langobardengeschichte des Paulus Diaconus, **Neues Archiv**, 5, pp. 51–103, 1880.

POHL, W. Paulus Diaconus und die "Historia Langobardorum": Text und Tradition. *In*: SCHARER, A. ; SCHEIBELREITER, G. (Eds.). **Historiographie im frühen Mittelalter**. Vienna: R. Oldenbourg Verlag, 1994, pp.375-405.

- POHL, W. The Empire and the Lombards: treaties and negotiations in the sixth century. *In: \_\_\_\_\_* (Ed.). **Kingdoms of the Empire**. Leiden: Brill, 1997, pp.201-252.
- POHL, W. *Per hospites divisi*: Wirtschaftliche Grundlagen der langobardischen Ansiedlung in Italien, **Römische historische Mitteilungen**, 43, pp.179–226, 2001.
- POHL, W. I Longobardi e la terra. *In: PORENA, P.; RIVIÈRE, Y.* (Eds.). **Expropriations et confiscations dans les royaumes barbares: une approche régionale**. Rome: Ecole Française de Rome, 2013, pp.279-294.
- PONTIERI, E. **Le invasioni barbariche e l'Italia del 5 e 6 secolo; corso ufficiale di storia medioevale**. Napoli: Libreria scientifica editrice, 1960.
- WICKHAM, C. **Early Medieval Italy: Central Power and Local Society 400-1000**. London: Macmillan, 1981.
- WICKHAM, C. Aristocratic power in eighth-century Lombard Italy. *In: MURRAY, A. C.* (Ed.). **After Rome's Fall**. Toronto: University of Toronto Press, 1998, pp.152-170.
- WICKHAM, C. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WICKHAM, C. Social Structures in Lombard Italy. *In: AUSENDA, G.; DELOGU, P.; WICKHAM, C.* (Eds.). **The Langobards before the Frankish Conquest: an Ethnographic perspective**. Woodbridge: Boydell Press, 2009, pp.118-148.